

Prazo para Eike Batista pagar fiança é suspenso pela Justiça Federal

O prazo para o empresário Eike Batista pagar a fiança de R\$ 52 milhões, que terminaria à meia-noite desta quarta-feira (17/5), foi suspenso pelo juiz Marcelo Bretas, da 7ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro. O valor deveria ser entregue pelo empresário para que ele permanecesse em prisão domiciliar.

Reprodução



Eike Batista foi preso ao voltar dos EUA.

Como o empresário ainda não pagou o valor total da fiança, na decisão, o Bretas informa que a suspensão vale até que ocorra o pagamento total. Caso não pague a fiança, Eike voltará para a Penitenciária Bandeira Stampa (Bangu 9), no Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, onde ficou preso de 30 de janeiro a 30 de abril.

Eike Batista é acusado de ter repassado US\$ 16,5 milhões em propina ao ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral e de ter firmado contratos com o escritório de advocacia da mulher de Cabral, Adriana Ancelmo, para obter facilidades em negociações com o governo fluminense. Sua defesa argumenta que os bens do empresário foram bloqueados, o que impede o pagamento da fiança.

Os advogados de Eike entraram com um recurso no Tribunal Regional Federal da 2ª Região contra o bloqueio e pediram que a decisão seja fixada pela 7ª Vara, e não pela 3ª Vara Federal Criminal. Este segundo juízo, representado pela magistrada Rosália Monteiro Figueira, ampliou, na sexta-feira da semana passada (12/5), o valor a ser bloqueado — de R\$ 162 milhões para R\$ 900 milhões.

Preso no aeroporto

Eike Batista foi [preso](#) no dia 30 de janeiro deste ano, no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, ao desembarcar de um voo vindo de Nova York, e [indiciado](#) em fevereiro. Sua prisão foi [convertida para o regime domiciliar](#) pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, no fim de abril.

Segundo o ministro, “o fato de o paciente ter sido denunciado por crimes graves, por si só, não pode servir de fundamento único e exclusivo para manutenção de sua prisão preventiva”. Gilmar acrescenta ainda o fato de que a preventiva fora decretada para evitar que Eike atrapalhasse as investigações, mas o Ministério Público Federal já ofereceu denúncia no caso e, portanto, não há mais investigações em curso.

Essa decisão não agradou Bretas, que, em contraponto, fixou a fiança de R\$ 52 milhões. De acordo com o juiz federal, o empresário foi detido para evitar que seus crimes continuassem a prejudicar a sociedade.

“Nos crimes dessa natureza [corrupção] é importante a segregação dos envolvidos do meio social, inclusive com o afastamento do acesso aos meios de comunicação, em razão da possibilidade de sua utilização para ocultar documentos e valores decorrentes das vantagens ilícitas através de movimentações financeiras, o que poderia dificultar a conclusão das investigações”, declarou Bretas. *Com informações da Agência Brasil.*

Date Created

17/05/2017